
QUEIMADOS - RJ

▼

Monitor de Alunos



SL-068ST-26
7901183008117

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto	5
2. Vocabulário: sentido denotativo e conotativo, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia e polissemia	8
3. Ortografia: emprego das letras, das palavras e da acentuação gráfica.....	11
4. Pontuação: emprego de todos os sinais de pontuação	17
5. Classes de palavras: Pronomes - classificação, emprego e colocação pronominal (próclise, ênclise e mesóclise); Verbos - emprego dos modos e tempos, flexões dos verbos irregulares, abundantes e defectivos e vozes verbais; Preposições - relações semânticas estabelecidas pelas preposições e locuções prepositivas; Conjunções - classificação, relações estabelecidas por conjunções, locuções conjuntivas; Substantivos - classificação e flexões; Adjetivos - classificação e flexões.....	23
6. Termos da oração: identificação e classificação. Processos sintáticos de coordenação e subordinação. Classificação dos períodos e orações.....	35
7. Concordância nominal e verbal	39
8. Regência nominal e verbal.....	42
9. Emprego do acento indicativo de crase	46

Legislação Municipal

1. Lei Orgânica do Município de Queimados/RJ	59
2. Lei Municipal nº 1.060, de 22 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Queimados, das suas autarquias e fundações públicas.....	89

Conhecimentos Específicos Monitor de Alunos

1. Organização e Rotinas Escolares: Controle de entrada e saída de alunos; Organização de filas e deslocamentos; Apoio na rotina escolar diária; Controle e orientação em ambientes coletivo	113
2. Acompanhamento de Alunos: Supervisão de alunos em atividades internas e externas; Apoio em atividades extraclasse; Organização de recreação e convivência escolar; Noções de disciplina e limites.....	116
3. Transporte Escolar: Embarque e desembarque de alunos; Segurança no transporte escolar; Organização e controle durante o trajeto; Noções de comportamento seguro no trânsito.....	120
4. Organização do Refeitório Escolar: Organização de filas e distribuição de refeições; Acompanhamento dos alunos durante a alimentação; Noções de higiene no ambiente escolar; Apoio à equipe de alimentação	124
5. Atendimento ao Público: Atendimento a pais e responsáveis; Comunicação clara e cordial; Encaminhamento de demandas à equipe escolar; Postura profissional no atendimento	127
6. Segurança e Primeiros Socorros: Prevenção de acidentes no ambiente escolar; Cuidados básicos em emergências; Noções de primeiros socorros	131
7. Relações Interpessoais e Trabalho em Equipe: Convivência com alunos, professores e equipe escolar; Mediação de conflitos; Trabalho colaborativo.....	133
8. Ética e Conduta no Serviço Público: Responsabilidade e disciplina; Respeito às normas institucionais; Sigilo e postura profissional	137
9. Noções de Legislação Educacional: Direitos e deveres dos alunos	140
10. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 (noções)	143
11. Noções de proteção integral da criança e do adolescente	184

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS/RJ

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE QUEIMADOS PREÂMBULO

Nós, representantes do povo queimadense, constituídos em Poder Legislativo Organizante, reunidos na Câmara Municipal de Queimados, no pleno exercício das atribuições conferidas pelo Art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil (1) e pelo Art. 342 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (2), sob a proteção de Deus, votamos, aprovamos e promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - O Município de Queimados, parte integrante da união indissolúvel da República Federativa do Brasil, tem como fundamentos:

- I.a autonomia;
- II.a cidadania;
- III.a dignidade da pessoa humana;
- IV.os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V.o pluralismo político.

Parágrafo único - Todo o poder emana do povo, que o exerce, indiretamente, por meio de representantes eleitos, e, diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

Art. 2º - A soberania popular será exercida nos termos da Lei:

- I.pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos;
- II.pelo plebiscito;
- III.pelo referendo;
- IV.pela iniciativa popular no processo legislativo;
- V.pela participação nas decisões do Município;
- VI.pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais dos cidadãos deste Município e de seus representantes:

- I.construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 - II.garantir o desenvolvimento local;
 - III.contribuir para o desenvolvimento regional e nacional;
 - IV.erradicar a pobreza e a marginalização;
 - V.reduzir as desigualdades sociais;
- (Supressão feita pela Emenda 08/03, de 27 de novembro de 2003.)

VI.promover o bem de todos, zelando pela ausência de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, religião e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º - Os direitos e deveres individuais e coletivos, na forma prevista na Constituição Federal, integram esta Lei Orgânica (Anexo I) e devem ser afixados em todas as repartições públicas do Município, nas escolas, nos hospitais, ou em qualquer local de acesso público, para que todos possam, permanentemente, tomar ciência, exigir o seu cumprimento por parte das autoridades e cumprir, por sua parte, o que cabe a cada cidadão habitante deste Município ou em que em seu território transite.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 5º - O Município de Queimados, com sede na cidade que lhe dá o nome, tem personalidade jurídica de direito público interno e é dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, nos termos das Constituições Federal e Estadual.

Art. 6º - São Poderes de Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 7º - As designações do Município, do Poder Executivo e do Poder Legislativo serão, respectivamente, as de Município de Queimados, Prefeitura Municipal de Queimados e Câmara Municipal de Queimados.

Art. 8º - São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, cabendo à Lei regulamentar os seus usos.

Art. 9º - O aniversário do Município é celebrado à 21 de dezembro, dia de sua criação.

Art. 10 - São bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações, que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 11 - O Território do Município não poderá ser dividido em Distritos.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 12 - Compete ao Município:

- I.legislar sobre assuntos de interesse local;
- II.instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- III.planejar, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- IV.dispor sobre:

- a) plano plurianual de governo, plano diretor e planos locais e setoriais de desenvolvimento municipal;
- b) lei de diretrizes orçamentárias, orçamento anual, plano plurianual de investimentos, operações de crédito e dívida pública municipal;
- c) organização, administração e execução de serviços públicos municipais;
- d) instituição do quadro, planos de carreira e regime jurídico único dos Servidores Públicos Municipais;
- e) administração, utilização e alienação dos bens públicos municipais;
- f) concessão de isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas e créditos tributários;
- g) concessão de incentivos às atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, agropecuárias, artesanais, culturais, artísticas, de pesquisa científica e atividades congêneres;
- h) uso, parcelamento e ocupação do solo em território municipal, especialmente o de sua zona urbana;
- i) normas de edificação, de loteamento, de arruamento, de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do território municipal, observadas as diretrizes da legislação federal, garantida a reserva de áreas destinadas a zonas verdes, zonas de produção agropecuária e logradouros públicos;
- j) registro, guarda, captura e vacinação de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;
- k) depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão à Legislação Municipal;
- l) criação e comercialização de animais em ambientes domiciliares;
- m) utilização dos bens públicos de uso comum.

V. organizar e prestar, diretamente, ou sob o regime de concessão ou permissão os serviços públicos locais, entre outros, o de transporte coletivo;

VI. regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso:

- a) os serviços de carros de aluguel;
- b) os serviços funerários e os cemitérios;
- c) os serviços de iluminação pública;
- d) os serviços de mercados, feiras e matadouros públicos;
- e) os serviços de limpeza pública, coleta domiciliar, remoção de resíduos sólidos e destinação final do lixo;
- f) os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias e caminhos municipais;
- g) os serviços de transporte escolar por meio de qualquer veículo;
- h) a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao Poder de Polícia Municipal.

VII. estabelecer, fixar e sinalizar:

- a) as vias urbanas e as estradas municipais;

- b) as zonas de silêncio, de trânsito e tráfego em condições especiais;
- c) os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;
- d) os locais de estacionamento público de taxi e demais veículos;
- e) os locais de carga e descarga de mercadorias, fixando a tonelagem máxima dos veículos que circulam nas vias municipais.

VIII. ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços, comércio eventual ou ambulante e outros, observada a Legislação pertinente;

IX. organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do Poder de Polícia Municipal;

X. conceder e cancelar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços, de comércio eventual ou ambulante e outros, bem como a licença para a realização de jogos, espetáculos, atividades culturais, e divertimentos públicos, observada a legislação pertinente;

(Redação dada pela Emenda nº 17/03, de 26 de novembro de 2003.)

XI. determinar, no exercício do Poder de Polícia Municipal, a lavratura de multas e o fechamento temporário ou definitivo, com a suspensão ou cancelamento da licença, do estabelecimento que descumprir a legislação vigente, prejudicando a saúde, a higiene, a segurança, o sossego público e os bons costumes;

XII. fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XIII. manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado:

- a) programas de educação pré-escolar, ensino fundamental e ensino profissionalizante;
- b) programas de alimentação ao educando;
- c) programas de apoio às práticas desportivas, recreativas e culturais;
- d) programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação, saneamento básico, regularização, canalização e drenagem de águas pluviais, pavimentação, construção, ampliação, conservação e reforma dos prédios públicos municipais;
- e) serviços de atendimento à saúde da população;
- f) programas de proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Paisagístico local.

XIV. estimular a participação popular na formulação de políticas públicas e na ação governamental, estabelecendo programas de incentivo e projetos de organização comunitária nos campos social e econômico, bem como cooperativas e mutirões;

(Supressão feita pela Emenda nº 19/03, de 15 de outubro de 2003.)

XV. integrar e participar de entidades que congreguem outros Municípios para a solução de problemas comuns;

XVI. realizar atividades de defesa civil e prevenção de acidentes naturais;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ORGANIZAÇÃO E ROTINAS ESCOLARES: CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE ALUNOS; ORGANIZAÇÃO DE FILAS E DESLOCAMENTOS; APOIO NA ROTINA ESCOLAR DIÁRIA; CONTROLE E ORIENTAÇÃO EM AMBIENTES COLETIVO

FLUXOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

► Chegada organizada e acolhimento no ponto de entrada

A entrada dos alunos marca a transição entre o espaço externo e a rotina institucional. Para o monitor, esse momento exige presença visível, atenção ao movimento das pessoas e conhecimento do local destinado ao acesso. O objetivo não é apenas observar quem passa pelo portão, mas contribuir para que crianças e adolescentes ingressem de forma ordenada, sem correrias, aglomerações ou permanência desnecessária em áreas de circulação. A posição do profissional deve permitir enxergar o fluxo principal e, ao mesmo tempo, perceber situações que possam exigir orientação, como um aluno que se afasta do grupo, um responsável que procura informação ou uma turma que chega em volume maior do que o espaço comporta com conforto.

Leitura do fluxo e posicionamento do monitor

Uma chegada em dia de chuva ilustra a importância dessa leitura. Ônibus, responsáveis e alunos podem convergir para o mesmo portão, enquanto guarda-chuvas e pisos úmidos diminuem a velocidade de deslocamento. O monitor deve evitar que a pressa de alguns transforme o acesso em ponto de pressão sobre os demais. Em vez de concentrar todos junto à abertura, pode orientar a aproximação gradual, manter livre a passagem necessária e indicar onde aguardar. Quando a escola possui mais de um acesso ou horários diferenciados, o monitor segue a organização definida pela instituição, sem criar rotas improvisadas por conveniência momentânea. A previsibilidade do fluxo reduz conflitos e facilita a identificação de qualquer ocorrência fora do padrão esperado.

► Saída controlada e entrega responsável

Na saída, o sentido do movimento se inverte, mas a necessidade de organização aumenta porque os alunos podem ter destinos distintos. Alguns aguardam responsáveis, outros seguem para transporte escolar e outros são liberados conforme procedimentos próprios da instituição. O monitor precisa conhecer o modo como a escola organiza essas modalidades e atuar dentro dele. Não cabe presumir que uma mudança solicitada informalmente por um aluno ou por pessoa não identificada esteja autorizada. Alterações de destino, pessoa responsável ou horário devem ser encaminhadas ao procedimento institucional previsto, preservando a segurança do estudante e evitando decisões individuais que escapem à competência da função.

Alterações autorizadas na rotina de saída

Se um aluno informa que naquele dia será buscado por outra pessoa, o monitor não transforma a informação verbal em autorização por conta própria. A conduta adequada é manter o aluno no fluxo protegido e comunicar a situação à equipe responsável pela liberação. Esse cuidado não significa tratar toda mudança como problema, e sim reconhecer que a saída envolve responsabilidade compartilhada e precisa deixar claro quem decidiu e por qual canal. O mesmo princípio vale quando há atraso na chegada de um responsável: o aluno não deve permanecer isolado em área externa nem ser dispensado para procurar alguém. A permanência ocorre no local definido pela escola, sob acompanhamento.

AMOSTRA

A comparação entre entrada e saída mostra que os dois momentos exigem controles diferentes, embora ambos dependam de observação ativa.

Momento	Objetivo operacional	Ponto de atenção	Posição do monitor	Resposta a ocorrência
Entrada	Integrar o aluno ao fluxo interno com segurança	Aglomeração, atraso, dúvida de acesso	Local com visão do portão e da área de distribuição	Orientar, organizar passagem e comunicar situação incomum
Saída	Encaminhar cada aluno ao destino institucionalmente previsto	Troca de responsável, demora, fluxo simultâneo	Ponto que permita acompanhar liberação e área de espera	Manter o aluno protegido e acionar a equipe competente
Mudança de rotina	Evitar decisão informal sobre destino	Informação incompleta ou não confirmada	Próximo ao aluno, sem bloquear o fluxo geral	Suspender a alteração até confirmação institucional

A tabela evidencia que observar o portão não é suficiente. O monitor precisa interpretar o momento do fluxo e adequar sua conduta ao risco específico. Na entrada, a prioridade costuma ser distribuir pessoas e prevenir compressão; na saída, o cuidado recai sobre o destino correto e a confirmação de mudanças. A mesma postura física pode ser inadequada se impedir a visão da área de espera ou se deixar um ponto crítico sem acompanhamento.

FILAS, DESLOCAMENTOS E USO SEGURO DAS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO

► Formação de filas sem compressão ou disputa

Filas escolares são recursos de organização do deslocamento, não instrumentos de rigidez por si mesmos. Elas permitem que um grupo avance por espaços estreitos, acesse um ambiente de forma progressiva e preserve a ordem de atendimento. O monitor deve trabalhar para que a fila tenha finalidade clara, ritmo compatível com o grupo e distância suficiente para evitar empurrões. Gritos repetidos, ameaças ou exigência de imobilidade excessiva tendem a aumentar tensão e não substituem orientações objetivas. É mais funcional indicar onde a fila começa, para onde irá, quando poderá avançar e qual comportamento é necessário naquele trajeto.

Ritmo compatível com o grupo

Crianças menores, alunos com mobilidade reduzida ou grupos que carregam materiais podem precisar de velocidade diferente. O monitor observa essas condições sem transformar diferenças de ritmo em motivo de exposição. Se uma turma sai da sala para o pátio, por exemplo, o profissional pode manter o início do grupo em velocidade moderada para evitar que os primeiros cheguem muito antes dos últimos. A organização não depende de manter todos a uma distância idêntica, mas de impedir que o conjunto se fragmente de modo que parte dos alunos fique sem supervisão. Quando o caminho inclui portas estreitas, o melhor resultado costuma vir da passagem progressiva, e não da tentativa de fazer o grupo atravessar de uma só vez.

A orientação também precisa considerar o motivo do deslocamento. Uma turma que segue para uma atividade com horário definido pode exigir continuidade maior do que um grupo que apenas muda de área para aguardar. Mesmo assim, acelerar não significa permitir ultrapassagens, corridas ou pressão sobre quem caminha mais devagar. O monitor pode ajustar a posição entre frente e lateral do grupo, observar quem começa a ficar para trás e reduzir o ritmo antes que se forme uma separação difícil de controlar. Se houver outro profissional acompanhando a turma, a distribuição das posições deve ser combinada de modo simples, evitando que ambos permaneçam no mesmo ponto enquanto o restante do grupo fica sem referência.

► Corredores, escadas, portões e mudanças de ambiente

Cada área de circulação produz um tipo de atenção. Corredores permitem movimento contínuo, mas podem ter cruzamento de turmas. Escadas exigem ritmo controlado e uso cuidadoso dos degraus. Portões concentram entradas e saídas. Pátios ampliam o espaço e favorecem dispersão. O monitor considera a geometria do local antes de escolher onde permanecer. Ficar exatamente no centro de uma passagem pode parecer presença ativa, mas criar obstáculo. Em geral, é preferível ocupar ponto lateral com campo de visão amplo e capacidade de se deslocar rapidamente se houver necessidade.

Prevenção de gargalos e cruzamentos de fluxos

Um gargalo ocorre quando mais pessoas chegam a um ponto do que conseguem atravessá-lo naquele intervalo. Em ambiente escolar, isso pode acontecer na porta do refeitório, na escada após o sinal ou no acesso ao pátio. O monitor reduz o problema controlando a chegada ao ponto estreito, não empurrando o grupo para atravessá-lo mais rápido. Se duas turmas se encontram em sentidos opostos, uma delas pode aguardar em área segura enquanto a outra conclui a passagem, desde que isso esteja de acordo com a rotina da escola. A prioridade é preservar espaço, visibilidade e previsibilidade.